

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS, COMUNICAÇÃO E ARTES- ICHCA
CURSO DE FILOSOFIA

CLEBSON ROCHA DA SILVA

A ideia de Deus e as duas provas *a posteriori* de sua existência na *Meditação Terceira*
de Descartes

MACEIÓ
2021

CLEBSON ROCHA DA SILVA

A ideia de Deus e as duas provas *a posteriori* de sua existência na *Meditação Terceira*
de Descartes

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Humanas, Comunicações e Artes, como
parte dos requisitos para a obtenção do
título de Licenciatura em Filosofia.
Orientador: Dr. Alexandre Torres Fonseca

MACEIÓ

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade – CRB-4 - 1251

S586i Silva, Clebson Rocha da.

A ideia de Deus e as duas provas *a posteriori* de sua existência na Meditação Terceira de Descartes / Clebson Rocha da Silva. – 2021.

45 f.

Orientador: Alexandre Torres Fonseca.

Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Filosofia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 45.

1. Descartes, René, 1596-1650. 2. Meditações metafísicas. 3. Terceira meditação. 4. Deus – Prova de existência. I. Título.

CDU: 11

Agradecimentos

Os meus agradecimentos, sobre este trabalho acadêmico de conclusão de curso em Filosofia, são inúmeros, porém, em especial a Deus, que me deu oportunidade, e discernimento racional para chegar a essa reta final, tão esperada por todos, que contribuíram de forma indireta ou direta para que este sonho fosse realizado.

Os meus agradecimentos ao professor Doutor Alexandre Torres Fonseca, homem íntegro e humilde de coração, que não pensou duas vezes, ao convidá-lo, para ser meu orientador, sobre o meu interesse em defender este trabalho de conclusão de curso. E por fim quero deixar aqui a minha gratidão, de coração, a todos os seus apoios moral, ético, e sobretudo um grande professor no campo do saber, que transmitiu a cada instante, confiança, para com seu aluno especificamente Clebson Rocha da Silva.

Os meus agradecimentos à banca de defesa, composta pelos professores Doutor Alexandre Torres Fonseca, professora Ms Carolina Rangel Silva, e professora Doutora Taynam Santos Luz Bueno, os quais estão presentes nessa ocasião especial para apreciar esse trabalho de conclusão de curso em Filosofia, e que desde já tenho muito apreço por todos, e que Deus os abençoe sempre poderosamente.

Os meus agradecimentos aos meus pais, senhor Cicero Augusto da Silva e a senhora Maria Lúcia Alves da Rocha, que contribuíram para que eu pudesse ser um homem íntegro aos olhos de Deus, e de todos aqueles que compõem uma sociedade justa de uma forma geral.

Resumo

Tendo como ponto de partida o *cogito*, o presente trabalho trata das provas da existência de Deus desenvolvidas por Descartes, especialmente nas *Meditações Metafísicas*, Terceira Meditação, sob a ótica de alguns de seus comentadores contemporâneos. Aponto o papel central da ideia de Deus na construção das provas de Sua existência, discutindo este papel na construção das provas *a posteriori* na construção das provas de sua existência.

Palavras-chave: Descartes; *Meditações Metafísicas*; ideia de Deus; Terceira Meditação.

Abstract

Taking as its starting point the *cogito*, this work deals with the proofs of the existence of God developed by Descartes, especially in the *Metaphysical Meditations*, Third Meditation, from the perspective of some of his contemporary commentators. I point out the central role of the idea of God in the construction of his existence proofs, discussing this role in the construction of *a posteriori* proofs in the construction of the proofs of his existence.

KEYWORDS: Descartes; *Metaphysical Meditations*; idea of God; Third meditation.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1.....	11
1.1 A Terceira Meditação.....	11
1.2 O <i>cogito</i> – as formas de pensamentos, a dúvida e a regra geral.....	11
1.3 Os gêneros do pensamento – as ideias, as vontades ou afeções e os juízos.....	16
1.4 As ideias inatas, as adventícias e as feitas por mim.....	17
1.5 Natureza versus Razão.....	17
1.6 Vontade versus Razão.....	19
1.7 A realidade objetiva das ideias.....	20
1.8 Ideias entendidas apenas como modos de pensamento.....	21
1.9 A realidade objetiva da ideia de Deus.....	22
1.10 A relação de causa e efeito.....	24
CAPÍTULO 2.....	26
2.1 As implicações de relação de causa e efeito.....	26
2.2 A ideia de Deus, de coisas corporais e inanimadas, de anjos, e animais, e de homens.....	28
2.3 A ideia de coisas corporais.....	29
2.4 As ideias e a falsidade material.....	30
2.5 A ideia de substância, duração e número.....	31
2.6 Qualidades de extensão, a figura, a situação e o movimento de lugar.....	32
2.7 A ideia de Deus.....	33
CAPÍTULO 3.....	34
3.1 A primeira prova <i>a posteriori</i> da existência de Deus.....	34
3.2 A ideia de substância infinita e finita.....	34
3.3 A noção de infinito e a negação do finito.....	35
3.4 A impossibilidade da ideia de Deus ser considerada materialmente falsa.....	35
3.5 A segunda prova <i>a posteriori</i> da existência de Deus.....	37
3.6 Eu, como um ser imperfeito, não posso ser a causa da origem da minha própria existência.....	37
3.7 Nenhum princípio causal menos perfeito que Deus poderá concorrer para manutenção da minha existência como ser.....	38
3.8 A origem da ideia de Deus: verdade ou falsidade.....	39
3.9 A ideia de Deus não pode ter como origem os órgãos dos sentidos.....	40
3.10 A ideia de Deus <i>versus</i> a marca do Criador em sua obra.....	42
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

As *Meditações* de Descartes estão entre os textos mais influentes da história da filosofia ocidental. Muitos pensadores desafiaram ou rejeitaram o pensamento de Descartes, alguns deles quase totalmente, mas seu questionamento rigoroso das certezas tradicionais está na fonte da maioria dos desenvolvimentos filosóficos subsequentes. A crítica que ele recebeu e continua recebendo é um elogio indireto que ele não teria apreciado, mas um indicativo, no entanto, do poder de sua filosofia.

Ainda em 1963, Alexandre Koyré afirmava:

Desde há três séculos que todos somos, directa ou indirectamente, alimentados pelo pensamento cartesiano, dado que, desde há três séculos justamente, todo o pensamento europeu, todo o pensamento filosófico, pelo menos, se orienta e se determina em relação a Descartes. (KOYRÉ, 1981, p.10)

René Descartes nasceu em La Haye, perto de Tours, em 31 de março de 1596. Foi educado no Colégio Jesuíta de la Flèche em Anjou e na Universidade de Poitiers, onde se licenciou em Direito em 1616. Dois anos depois ingressou no exército do Príncipe Maurício de Nassau na Holanda, e conheceu um mestre-escola local, Isaac Beeckman, que desenvolveu seu interesse em matemática e física. Após outras viagens pela Europa, ele se estabeleceu em Paris em 1625, e entrou em contato com cientistas, teólogos e filósofos do círculo do Frade Mínimo Marin Mersenne. No final de 1628, Descartes partiu para a Holanda, onde viveu até 1648, dedicando-se a levar avante o trabalho matemático, científico e filosófico que havia começado em Paris. Quando soube da condenação de Galileu por heresia em 1633, ele abandonou seus planos de publicar um tratado de física e, sob pressão de seus amigos, consentiu em que o *Discurso do Método* (1637) fosse impresso junto com os três ensaios sobre tópicos em que ele havia feito descobertas.

Outra razão pela qual ele poderia estar interessado na certeza era o fato de haver tomado conhecimento da condenação do copernicanismo em 5 de março de 1616, data em que o *De Revolutionibus* de Copérnico foi suspenso até ser “corrigido”, isto é até que fosse formulado em termos mais hipotéticos. Numa carta a Mersenne, redigida no fim de novembro de 1633, na qual Descartes revelou seu desalento diante da condenação de Galileu, ele descreveu que o copernicanismo estava tão entremeado em todas as partes do recém-concluído *Le Monde*, que, “se for falso, falsos serão também

todos os fundamentos de minha filosofia, pois é possível demonstrá-lo com muita clareza a partir deles”. (GAUKROGER, 1999, 237)

Em 1641, suas *Meditações* apareceram, estabelecendo os fundamentos metafísicos de suas teorias físicas; estas foram acompanhadas por objeções escritas por filósofos contemporâneos e as respostas de Descartes a eles. Seus escritos provocaram polêmica na França e na Holanda; suas obras, entretanto (incluindo os *Princípios de Filosofia* de 1644), continuaram a ser publicadas, trazendo-lhe notoriedade e renome. Em 1648, ele aceitou um convite da Rainha Cristina da Suécia para se estabelecer em Estocolmo; foi lá que ele morreu de pneumonia em 11 de fevereiro de 1650.

A forma literária da “meditação” não era uma novidade para Descartes. O método meditativo foi bem desenvolvido em escritos religiosos conhecidos como exercícios espirituais. Inácio, fundador dos jesuítas, havia composto um conjunto de exercícios, e Descartes participou de meditações ou exercícios espirituais em La Flèche. Tais exercícios destinavam-se a treinar as faculdades mentais do meditador. Os trabalhos nesse gênero seguiam uma ordem padrão. Primeiro, retira-se do mundo dos sentidos para meditar em imagens religiosas (com Inácio), ou para limpar a mente das imagens para experimentar a união com Deus (como em Agostinho). Então se treina a vontade para evitar o erro do pecado. Nesse processo, o exercitador enfoca sequencialmente as faculdades cognitivas relevantes: primeiro os sentidos, depois a imaginação e o intelecto e, finalmente, a vontade.

A obra *Meditações sobre a filosofia primeira* foi publicada pela primeira vez em latim, em 1641. É publicada uma tradução em francês em 1647, com o nome de *Meditações relativas à primeira filosofia*, acompanhada das *Objeções e respostas*.

As *Meditações* são dedicadas às seguintes questões filosóficas:

- 1) O que podemos descobrir sobre a mente humana e seus poderes?
- 2) Existe uma realidade por trás das aparências e, em caso afirmativo, como podemos ter acesso a ela?
- 3) Nossas experiências surgem de nossos corpos e cérebros, ou poderíamos pensar, sentir e perceber sem eles?
- 4) Como podemos reconhecer a verdade e distingui-la da opinião falsa e confusa?
- 5) Existe um Deus e, nesse caso, esse Deus é benevolente, malévolo ou simplesmente indiferente para nós?

6) Se esse Deus é benevolente, como devemos entender doenças, erros e ações moralmente erradas?

As *Meditações* de Descartes não são espirituais, mas cognitivas e epistêmicas. Visam produzir conhecimento metafísico, não induzir uma experiência religiosa. Nelas, afasta-se do mundo negando a confiabilidade dos sentidos (Primeira Meditação), limpa a mente das imagens sensoriais, a fim de experimentar a própria mente e encontrar ali a ideia de Deus (Segunda e Terceira Meditação), e então procura regular a vontade de modo a evitar erros de julgamento (Quarta Meditação). Depois que a mente do meditador foi devidamente treinada, Descartes apresenta as ideias e argumentos que fornecem as premissas básicas para outros pontos de sua metafísica, incluindo sua teoria da substância material, seu dualismo mente-corpo e sua nova teoria dos sentidos (Quinta e Sexta Meditação). As observações finais das quatro primeiras meditações revelam especialmente o uso de Descartes do gênero meditativo, quando ele fala em treinar sua vontade de fingir que o mundo material não existe, de fixar um resultado na memória, de contemplar Deus e de controlar a vontade.

Para convencer a mais ampla variedade de leitores de sua nova metafísica, Descartes adaptou criativamente outra forma de literatura. Às vezes, as obras escolásticas medievais tomavam a forma de disputas, nas quais as opiniões de vários lados, pró e contra, eram relatadas sobre um determinado tópico. As disputas ocorriam nas universidades em reuniões públicas e às vezes eram publicadas posteriormente. Descartes envolveu-se em tais disputas em La Flèche. Como extensão desta prática, no *Discurso do Método* (1637) ele prometeu responder por carta a quaisquer objeções que lhe fossem enviadas. Com as *Meditações*, ele organizou objeções e respostas para serem publicadas com o trabalho original. Juntamente com Mersenne (que escolheu vários dos objetores e compôs suas próprias objeções), ele distribuiu cópias das *Meditações* a alguns filósofos e teólogos importantes, cujas objeções foram anexadas às seis meditações com as respostas de Descartes.

Descartes usou suas *Respostas às objeções* para vários propósitos. Em parte, ele queria testar-se contra objeções fortes e mostrar que podia enfrentá-las. Em uma cultura filosófica acostumada à disputa, isso daria um apoio poderoso. Ele também queria mostrar que poderia evitar dificuldades teológicas, por isso se certificou de ter teólogos representados entre os opositores. Talvez o mais importante seja que as *Respostas* permitiram a ele elaborar suas posições usando terminologia filosófica padrão e modos

de argumentação, e introduzir assuntos não discutidos no corpo da obra (como sua doutrina sobre as verdades eternas).

Neste TCC procurei concentrar na Terceira Meditação e nas duas provas *a posteriori* da existência de Deus. Nas *Meditações*, Descartes invoca Deus para garantir a verdade das percepções claras e distintas da mente, mas buscando primeiro provar que Deus existe e que ele é perfeito.

Dois argumentos a favor da existência de Deus são fornecidos nas *Meditações*.

O primeiro, que ocorre na Terceira Meditação, estabelece que Deus existe por referência ao conteúdo da ideia de Deus, e ao tipo de fonte que uma ideia com esse conteúdo deve ter.

O segundo argumento, fornecido na Quinta Meditação, deduz a existência de Deus da indissolubilidade das perfeições, a existência sendo uma delas, que formam a natureza de Deus. Ambos os argumentos são extremamente abstratos, e aproveitam princípios adaptados da metafísica escolástica.

No argumento da Terceira Meditação, o princípio crucial é o seguinte: uma ideia que representa uma coisa que pertence a certa categoria deve possuir uma causa que pertence à mesma categoria ou a uma superior. Esse princípio só funciona apoiado em uma hierarquia de categorias — uma hierarquia de tipos da coisa real. Descartes pensa que uma substância infinita é mais real do que uma finita, esta é mais do que um atributo, um atributo mais real do que o modo no qual a substância possui um atributo. No caso de uma ideia de Deus, a ideia representa uma substância infinita, algo cuja categoria ou grau de realidade não pode ser superado. Segundo o princípio de Descartes, portanto, a causa da ideia tem de pertencer à mesma categoria que a coisa de que é uma ideia. Mais explicitamente, a ideia de Deus tem de ser causada por uma substância infinita. Mas há somente uma substância infinita, Deus. Assim, dada uma ideia de Deus, Deus precisa existir para causar a ideia. Descartes possui uma ideia de Deus, logo Deus deve existir.

CAPÍTULO 1

1.1 A Terceira Meditação.

Na Terceira Meditação, parece-me que expliquei bastante longamente o principal argumento de que me sirvo para provar a existência de Deus. Todavia, a fim de que o espírito do leitor possa mais facilmente abstrair-se dos sentidos, não quis de modo algum servir-me nesse lugar de quaisquer comparações tiradas das coisas corpóreas, de tal modo que talvez tenham restado muitas obscuridades, as quais, espero, serão inteiramente esclarecidas nas minhas respostas às objeções que me foram propostas depois. Como, por exemplo, é bastante difícil entender como a ideia de um ser soberanamente perfeito, a qual se encontra em nós, contém tanto de realidade objetiva, isto é, participa por representação em tantos graus de ser e de perfeição, que ela deve necessariamente provir de uma causa soberanamente perfeita. Mas eu o esclareci nestas respostas, pela comparação com uma máquina muito artificial cuja ideia se encontra no espírito de qualquer operário; pois, assim como o artifício objetivo dessa ideia deve ter alguma causa, a saber, a ciência do obreiro, ou de alguma outra pessoa da qual ele tenha aprendido, da mesma maneira é impossível que a ideia de Deus que em nós existe, não tenha o próprio Deus por sua causa. (DESCARTES, 2010, p. 132-33)

Neste capítulo analisaremos os procedimentos argumentativos lógicos contidos na Terceira Meditação e nas *Objeções e Respostas*, assim estabelecendo um longo diálogo entre eles. Nesse discurso, é possível perceber o desenvolvimento das suas ideias, dialogando com seus contraditores e apoiadores da sua época.

1.2 O *cogito* – as formas de pensamentos, a dúvida e a regra geral

Na Terceira Meditação, René Descartes parte de um pressuposto de abstrair de seus pensamentos todas as imagens das coisas corpóreas, ignorando-as completamente, com o objetivo de retornar-se a si próprio, e assim, estar mais consciente de si mesmo, no sentido daquilo que fosse claro, distinto e existente, na sua concepção racional. A única certeza de imediato que Descartes tem na Terceira Meditação é o conhecimento da coisa pensante, ou seja,

Sou uma coisa que pensa, ou seja, que duvida, que afirma, que nega, que conhece poucas coisas, que ignora muitas, que ama, que odeia,

que quer, que não quer, que imagina também e que sente.
(DESCARTES, 2005, p. 57).

Descartes propõe que todo conhecimento posterior adquirido por ele mesmo encontra um fundamento seguro neste princípio.

A ideia de Deus é considerada por Descartes como a prova de sua existência. Isso dependerá exclusivamente da coisa pensante, “esta ideia [que] nasceu comigo, e ela não me vem de outra parte senão de mim mesmo” (DESCARTES, 2010, p.218).

Notamos que na Primeira Meditação Descartes suspende todos os conhecimentos adquiridos desde a sua infância, pois passando por essas experiências, ele buscou novos caminhos sólidos e concretos para firmar um novo tipo de conhecimento, que lhe desse mais segurança naquilo que desejava conhecer, e conceber, como verdadeiro. Pois o *cogito* será o novo terreno seguro que cultivará as suas ideias, com o objetivo de alcançar outros possíveis conhecimentos que se podem adquirir a partir dele. A partir disso Descartes passará a investigar tudo aquilo que sobrevém ao pensamento. Coerentemente com o seu método (a dúvida hiperbólica), ele não estabelece qualquer juízo, sem antes submetê-lo à dúvida. Nas Respostas às Segundas Objeções, Descartes relata que a dúvida é um hábito indispensável na busca do conhecimento. “Eis por que, não conhecendo nada mais útil para alcançar um firme e seguro conhecimento das coisas do que acostumar-se, antes de estabelecer algo, a duvidar de tudo e principalmente das coisas corporais (...)” (DESCARTES, 2010, p. 215)

A respeito disso, Descartes não considera, a imaginação e os pensamentos, senão enquanto maneiras de pensar, desconsiderando-as assim, como coisas existentes fora de si, ou como sendo, algo em si mesmo. Entretanto, a imaginação e os sentimentos, não podem ser separados do próprio ato de pensar, pois é no exercício desse mesmo ato de acontecimentos que os concebemos e, portanto, não podemos duvidar que eles estejam presentes pelo menos em mim mesmo.

Pois, assim como observei anteriormente, embora as coisas que sinto e imagino talvez não sejam absolutamente nada fora de mim e em si mesmas, estou certo, não obstante, de que essas maneiras de pensar a que chamo sentimentos e imaginações, somente na medida em que são maneiras de pensar, residem e se encontram certamente em mim.
(DESCARTES, 2005, p. 57).

O próximo ponto, que René Descartes sugere verificar, é se existem outros conhecimentos, que porventura, tenham passado despercebidos na análise da

meditação. Pois elevando os seus olhos sobre aquilo que já estabeleceu como fundamento da regra geral, ou seja, o *cogito*, Descartes encontra algo a mais por meio dele.

De sorte que, após ter pensado bem nisso e ter cuidadosamente examinado todas as coisas, é preciso enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *Eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a pronuncio ou que a concebo em meu espírito (DESCARTES, 2005, p. 43).

O meditador, presente e ativo, neste mesmo conhecimento, encontra o que é necessário para convencer-se da verdade, a saber, a percepção clara e distinta, daquilo que se mostrou verdadeiro. Portanto o primeiro conhecimento trazido à luz, foi adquirido por meio de uma percepção clara e distinta do objeto conhecido. Claro e distinto se refere às ideias: ideias claras são aquelas presentes ao espírito atento, o espírito que filosofa. Ideias distintas são aquelas cujo objeto são as essências das coisas que se pretende tratar.

Neste aspecto, Descartes estabelece como regra geral, que todas as coisas que conhecemos, como claras e distintas, são verdadeiras. Em outras palavras, a percepção do *cogito* para Descartes, é acompanhada pela clareza e distinção intuitiva, daquilo que percebemos. Para ele, tanto a clareza quanto a distinção seriam insuficientes para assegurar a verdade de um conhecimento, pois se ocorresse de perceber algo claro e distinto que se mostrasse falso, isto teria de ser investigado. Mas pelo contrário, o surgimento do *cogito* trouxe à luz o primeiro conhecimento capaz de destruir a obscuridade e a confusão de um reino de incertezas, restabelecendo em seu lugar uma única verdade que trouxesse com ela sua marca e característica, qual seja, a clareza e a distinção das coisas. Dessa forma, é o conhecimento do *cogito* que inaugura a filosofia cartesiana, a qual tem como base uma regra geral que serve de critério de verdade para se obter o conhecimento verdadeiro. Nesse aspecto, a clareza e a distinção, por assim dizer, são a própria indubitabilidade. A presença eficaz da clareza e distinção na percepção daquilo que conheço anula toda a possibilidade de reduzir tal conhecimento à dúvida. Por conseguinte, se a regra geral da clareza e distinção pudesse ser reduzida à dúvida, o próprio conhecimento do *cogito* seria ameaçado. Portanto tanto a clareza quanto a distinção das coisas, são elementos e modos pelo qual eu percebo a coisa pensante:

Nesse primeiro conhecimento, não se encontra nada além de uma clara e distinta percepção daquilo que conheço; a qual, na verdade, não seria suficiente para assegurar-me de que é verdadeira, se um dia pudesse acontecer que uma coisa que eu concebesse assim, clara e distintamente, viesse a ser falsa. E, portanto, parece-me que já posso estabelecer como regra geral que as coisas que concebemos muito clara e muito distintamente são todas verdadeiras (DESCARTES, 2005, p. 58).

Mas como não podemos duvidar da coisa pensante, não podemos duvidar também da clareza e distinção que a ela esta unida. Tendo a primeira verdade sido percebida com clareza e distinção é razoável estabelecê-las como regra geral para identificar todas as verdades a partir desta, já que “as coisas que concebemos muito clara e muito distintamente são todas verdadeiras”.

Segundo Descartes, existem diversas coisas que ele considerava como sendo claras e distintas, porém, elas se revelavam duvidosas logo após serem submetidas a análise da dúvida metódica. Para conservar a eficácia da regra geral, Descartes atribui a origem do engano não à clareza e distinção, mais sim à ausência das mesmas. Ele sustenta que o homem é a causa dos seus próprios meios de engano. A atitude de afirmar a existência de coisas fora da coisa pensante, e estabelece-las como causa das ideias que supostamente se assemelham a elas, nada é mais do que fruto de um ato impensado e um vício do ser pensante. É verdade, porém, que não posso duvidar que a coisa pensante seja povoada por ideias, mas, suponhamos que a existência dessas coisas que correspondem a elas impliquem num engano, que não seja da clareza nem da distinção, mas em dar um assentimento àquilo que se implica facilmente a duvidar. Neste contexto, Descartes declara categoricamente, que todo julgamento deve possuir um conhecimento, que lhe seja a causa da coisa pensada, pelo ser pensante.

A possibilidade mental da ideia e da existência de um gênio maligno leva a dúvida metódica de Descartes até as últimas consequências. A possibilidade de existir um ser assim, que me causa enganos, me leva também a errar nos mais simples cálculos matemáticos, como por exemplo, que a soma de dois e três resultam em cinco pode ser questionada. Portanto, o inusitado argumento de Descartes é patente nesse caso. Ele se mostra cuidadoso não apenas em suspender a existência das coisas que julgava conhecer muito bem, mas também postular a possibilidade da existência de alguma coisa (o gênio maligno) que pudesse ameaçar o conhecimento seguro.

Descartes coloca em questão a sua própria natureza. Seu argumento refere-se a um ser criador superior a mim em força e em artimanha, que é a causa da minha

existência, que me confere uma tal natureza que me faz enganar mesmo nas coisas que julgo ser mais claras e distintas.

Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte de verdade, mas certo gênio maligno, não menos astuto e enganador que poderoso, que empregou toda sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, Os sons e todas as coisas exteriores que vemos não passam de ilusões e enganos de que se serve para surpreender minha credulidade. Considerarei a mim mesmo como não tendo mãos, nem olhos, nem carne, nem sangue, como não tendo nenhum sentido, mas crendo falsamente ter todas essas coisas. Permanecerei obstinadamente apegado a esse pensamento; e se, por esse meio, não está em meu poder alcançar o conhecimento de alguma verdade, pelo menos está em meu poder suspender meu juízo. Eis por que me guardarei cuidadosamente de receber em minha crença qualquer falsidade, e prepararei tão bem meu espírito para todas as astúcias desse grande enganador que, por mais poderoso e astuto que seja, jamais poderá impor-me nada (DESCARTES, 2005, p. 38).

Assim, não haveria garantia suficiente para assegurar com firmeza e procedência racional qualquer julgamento de reflexão conceitual e ontológica no que tange à natureza do homem. Seria, portanto, incapaz de reconhecer a verdade, e nesse caso, qualquer separação conceitual entre aquilo que é claro e distinto seria inútil. No entanto mesmo com a força deste apostolado, Descartes encontra mais uma vez no *cogito* uma saída segura, mesmo com a possibilidade de existir um Deus embusteiro que emana a possibilidade dele me enganar naquilo que considerava como o mais evidente e verdadeiro como a geometria e aritmética. Não podemos, no entanto, duvidar da evidencia e certeza de existirmos. O ato de postular a existência de um deus embusteiro com a capacidade de realizar operações matemáticas, mesmo no caso de se cometer equívocos, podem ser considerado como um ato do pensamento realizado pelo ser pensante. E, portanto, fortalece com rigor a intuição da existência da coisa pensante.

(...) E, ao contrário, todas as vezes que me volto para as coisas que penso conceber muito claramente, sou de tal modo persuadido por elas que, por mim mesmo, me deixo levar a estas palavras: engane-me quem puder, seja como for nunca poderá fazer com que eu nada seja enquanto eu pensar ser alguma coisa; ou que algum dia seja verdadeiro que eu nunca tenha sido, sendo verdadeiro agora que eu sou; ou então que dois e três juntos formem mais ou menos do que cinco, ou coisas semelhantes, que vejo claramente não poderem ser de forma diferente da que eu as concebo (DESCARTES, 2005, p. 59-60).

O ato de julgar deve estar firmado por um conhecimento que é a sua causa. Dessa forma, ele reconhece que mesmo na possibilidade de existir um deus embusteiro não haveria razão alguma para afirmar sua existência. Entretanto, não ter também razão alguma para postular a existência de um deus embusteiro não é suficiente para afastar totalmente essa possibilidade da sua inexistência. Para Descartes, a hipótese da existência de um deus embusteiro só pode ser rejeitada cumprindo-se duas etapas fixadas por ele: uma consiste em provar a existência de Deus, e a outra em provar a sua natureza, isto é, demonstrar com clareza e distinção que ele não é embusteiro. Neste caso os conhecimentos destas duas verdades são fundamentais para Descartes, pois delas dependem toda ciência.

1.3 Os gêneros do pensamento – as ideias, as vontades ou afeções e os juízos

Para provar que Deus existe e em seguida pesquisar sua natureza, Descartes passa da ideia pela qual represento a mim mesmo para aquelas que primeiramente se afiguram ao espírito. Tais ideias parecem possuir maior clareza e distinção, devendo assim ser as primeiras analisadas. As ordens estabelecidas por Descartes indicam que a análise das ideias e a distinção facilitam a elucidação daquelas noções de ideias que posteriormente se apresentam ao espírito humano.

Outra ponto interessante é elucidar e investigar as ideias presentes no espírito, classificar todos os seus pensamentos em determinados gêneros, e em seguida estabelecer quais deles são verdadeiros ou falsos. Para Descartes, a ideia é a imagem ou a representação que temos de algo nos nossos pensamentos independentemente de existir algo fora de mim.

Pelo nome de *ideia*, entendo esta forma de cada um dos nossos pensamentos por cuja percepção imediata temos conhecimento desses mesmos pensamentos. (...) Pelo nome de *pensamento*, compreendo tudo quanto está de tal modo em nós que somos imediatamente seus conhecedores (DESCARTES, 2010, p. 238).¹

¹ No *Discurso do Método* (1637) aparece a fórmula “*penso, logo existo*”: “Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E notando que esta verdade – *penso, logo existo* – era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cépticos não eram capazes de a abalar, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava”. *Discurso do Método*, São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 58-59.

Desse modo, a ideia pode ser a representação de Deus do mundo ou de qualquer outra coisa que posso representar. Porém existe outro gênero de pensamento caracterizado pelo querer e pelo não querer, pela afirmação e pela negação. Nesse caso, concebo algo como o sujeito da ação do meu espírito, mas agrego alguma coisa na ideia que tenho dele em virtude desta ação. Esta classe de pensamento ele denomina algumas como vontades e afeições e outras como juízo. No que tange especificamente ao juízo, o mesmo afirma que o ato de negar e afirmar não pode ser considerado como verdadeiro, em si mesmo. Neste sentido, ele sustenta que o equívoco principal do juízo consiste em relacionar ideias presentes no espírito com coisas que se encontram fora dele como se lhe fossem semelhantes ou correspondentes. Em outras reflexões o erro ocorre, como por exemplo, quando as ideias deixam de ser consideradas verdadeiras em si mesmas para tornarem-se algo a mais por instrumento do meu próprio juízo.

1.4 As ideias inatas, as adventícias e as feitas por mim

René Descartes divide as ideias em três tipos: o primeiro, são as ideias inatas, aquelas que as representações não podem ter tido outra origem senão na própria natureza humana. Já as ideias adventícias são caracterizadas por serem estranhas à natureza humana, e, portanto, terem vindo de fora. E por último as ideias fictícias, correspondentes à representação de quimeras, ou da composição de elementos percebidos pelos sentidos, que são formadas arbitrariamente pelo espírito humano. Essa classificação de ideias representa apenas aquilo que se lhe afigura na meditação, sem uma causa suficiente que lhe justifique o motivo da investigação. E como ele ainda não descobriu clara e distintamente a origem das representações, todas as ideias não se diferenciam pois são todas apenas ideias.

1.5 Natureza versus Razão

Descartes busca compreender e descobrir as razões que o obrigam a considerar determinadas ideias como correspondentes ou semelhantes a objetos que existem independentemente deles. Neste aspecto, a primeira razão é que por algo relacionado a um impulso espontâneo e por força maior estabelecemos uma relação entre ideias e coisas que supostamente existem fora de nós; a segunda razão é que temos experiências

com determinadas ideias que se nos apresentam independentemente de nossa vontade. A relação entre o sentimento ou a representação provocada pelo calor, por exemplo, independe do espírito humano desejá-lo ou não. Nesse sentido a presença do calor nos convence que a ideia provocada em nosso espírito por ele é estranha ao próprio espírito. As duas razões apresentada por Descartes acerca de julgar determinadas ideias como semelhantes ou correspondentes a objetos intrínsecos a elas são colocados à prova. Essa medida estabelecida é fundamental para ter certeza suficiente de que se justifique o meu ato de julgar.

Ele inicia, portanto, o seu processo de investigação com o que a natureza nos ensina: a tendência do próprio espírito humano a dar o seu consentimento a julgar que as coisas são semelhantes ou correspondentes a objetos que estão fora de nós. É o que ele chama de inclinação natural e relaciona-se aos costumes e às crenças. Ao contrário da razão, o assentamento precipitado não oferece conhecimento que justifique o estabelecimento da semelhança e correspondência entre ideias e coisas. O mesmo acrescenta que a natureza e a razão são totalmente diferentes entre si.

Quando digo que me parece que isso me é ensinado pela natureza, entendo somente, pela palavra natureza, uma certa inclinação que me leva a acreditar nessa coisa, e não uma luz natural que me faça conhecer que ela é verdadeira. Ora, essas duas coisas diferem muito entre si, pois eu não poderia pôr em dúvida nada do que a luz natural me faz ver ser verdadeiro, assim como há pouco me fez ver que, do fato de eu duvidar, eu podia concluir que eu era. E não tenho em mim nenhuma outra faculdade, ou potência, para distinguir o verdadeiro do falso, que possa ensinar-me que o que essa luz me mostra como verdadeiro não o é, e em que possa confiar tanto quanto nela. Mas, no que tange às inclinações que me parecem também me serem naturais, notei frequentemente, quando se tratou de escolher entre as virtudes e os vícios, que elas não me levaram menos ao mal do que ao bem; é por que também não tenho motivo para segui-las tampouco no que diz respeito ao verdadeiro e ao falso (DESCARTES, 2005, p. 63).

A razão, nesse aspecto, não permite que haja erros, enganos e dúvidas acerca das coisas que ela revelou ser verdadeira. A descoberta e a construção do *cogito* justifica esta afirmação. Dessa forma, a razão é algo que permite ao espírito distinguir o verdadeiro do falso. Portanto na perspectiva filosófica do sistema cartesiano não podemos tomar o que é verdadeiro como falso, nem o falso como verdadeiro, visto que todas essas ideias e coisas passam por uma análise de averiguação e experiência para comprovar a sua autenticidade quanto a sua existência.

A respeito da luz natural, Descartes afirma que tendo em vista essa como causa inicial para alcançar o verdadeiro, jamais pode ser superada por outro tipo de coisa em outra instância, pois o que foi revelado e demonstrado como verdade é seguro e sustentável aos olhos da razão. A luz natural é uma faculdade que Deus nos deu de jamais perceber um objeto que não seja verdadeiro ao percebê-lo, isto é, ao conhecê-lo clara e distintamente. Segundo Cottingham, “Descartes alega que a mente, quando liberta da interferência dos estímulos sensoriais, tem o poder inato de "ver", ou apreender diretamente, as verdades que Deus nela implantou” (1995, p. 91).

1.6 Vontade versus Razão.

Aquilo que aprendemos por meio da nossa natureza não nos assegura do ato de se associar determinadas ideias a objetos estranhos a elas como se lhes fossem semelhantes ou correspondentes. Portanto, ainda resta outra razão para Descartes investigar. Trata-se dos procedimentos relacionados à vontade. Não menos que a proposta anterior, o argumento baseado na vontade é inconsistente para justificar o ato de associar ideias a objetos que supostamente existiriam fora do espírito. Logo adiante ele apresenta um problema: as inclinações, por exemplo, estão presentes no *cogito*, muito embora não atendam aos apelos presentes na vontade e, portanto, é possível que exista no *cogito* uma capacidade de produzir tais ideias sem o auxílio de algo exterior. Na concepção de Descartes, a experiência do sono torna claro o ponto obscuro proposto. Ao dormir, as ideias desta natureza se apresentam no sonho sem depender de serem relacionados com objetos intrínsecos a elas. Dessa forma, as sensações experimentadas nos sonhos, mesmo que contra a vontade do espírito, não dependem de algo exterior a essas representações. Porém, ele não encerra o seu argumento por aqui, afirmando que mesmo que essas ideias fossem oriundas de objetos estranhos a elas não há razão suficiente para lhes atribuir semelhança ou correspondência. Por esse motivo, inúmeras vezes, ele experimentou uma diferença e desigualdade entre o objeto e sua ideia. Nesse ponto, pode haver em nosso espírito duas ideias diferentes de um único objeto. Ele dá o exemplo do Sol que é representado por pelo menos duas ideias: a primeira é fruto de um de nossos sentidos, a visão no gênero daquelas ideias que, supostamente, foram oriundas de objetos externos, e ele parece ser um objeto pequeno. Já a segunda ideia do Sol nasce das razões derivadas da astronomia, que utiliza as noções que Descartes julga

serem inatas. O resultado da ciência astronômica é a representação do Sol sendo um objeto muito maior do que nossa visão nos informa. Neste contexto, de acordo com Descartes, a razão nos oferece duas convicções: apenas uma das duas representações apresentadas pode ser verdadeira e a ideia cuja a origem deriva do contato imediato com o objeto é a menos semelhante. Nesse contraste de ideias, os nossos sentidos podem nos enganar, trazendo consigo, *o cogito*, o qual nos coloca como uma coisa que pensa, duvidando racionalmente de algo que supostamente não esteja explicado ou analisado em sua profundidade como objeto.

1.7 A realidade objetiva das ideias

Agora investigaremos de qual forma Descartes articulará a noção de realidade objetiva, sendo essa de fundamental importância para as provas da existência de Deus *a posteriori* com a relação de causa e efeito. A ideia pela qual represento um Deus inclui alguns atributos como eternidade, infinidade, onipotência, onisciência, onipresença, e fonte criadora suprema, ou seja, um grau hierárquico máximo de um ser, mesmo sendo eu, um ser imperfeito. Para Descartes, nada surge do nada, nem do nada nada provém, e que aquilo que se apresenta-se com mais realidade não pode originar e depender de um ser menos perfeito. Nesta investigação intrigante, Descartes terá que averiguar de forma minuciosa a causa da ideia que tenho de um Deus, pois não pode ter sido eu esta causa pelo fato da minha imperfeição.

As duas provas *a posteriori* são conhecidas também como provas “a partir dos efeitos”. A primeira consiste em demonstrar a existência de uma coisa infinita, correspondente à ideia de um ser infinito (Deus) que possuo na minha mente. A segunda, sendo uma variante da primeira, consiste em demonstrar a existência de uma causa infinita de mim mesmo, já que possuo a ideia de um ser infinito.

Pode-se dizer, no entanto, que a ideia que Descartes tem por objetivo é a representação de um ente, ou de uma coisa pensada, externado pelo nosso intelecto. Nessa perspectiva, a ideia como representação de uma coisa, ou de um ente, no nosso intelecto, produz imagens do objeto e ao mesmo tempo participa do grau de perfeição que ele venha a ter, se supostamente possa existir ou não.

E, por conseguinte, é preciso necessariamente concluir de tudo o que disse anteriormente que Deus existe; pois, ainda que a ideia da

substância esteja em mim, pelo próprio fato de eu ser uma substância, eu não teria, contudo, a ideia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido posta em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita (DESCARTES, 2005, p. 72).

Conclui-se aqui que a ideia infinita de (Deus) independe da nossa mente, e que, por conseguinte, é externa e a sua origem é a própria substância infinita, analisada e investigada, de que se existir algo fora de mim pode ser complementado com a veracidade dos fatos e o auto-reconhecimento da existência de Deus.

E pergunto de quem eu teria minha existência? Talvez de mim mesmo, ou de meus pais, ou então de algumas outras causas menos perfeitas do que Deus; pois não se pode imaginar nada mais perfeito, nem mesmo igual a ele.

[31] Ora, se eu fosse independente de qualquer outro e se eu mesmo fosse o autor do meu ser, por certo não duvidaria de coisa alguma, não conceberia mais desejos e, enfim, não me faltaria nenhuma perfeição; pois teria dado a mim todas aquelas de que tenho em mim alguma ideia, e assim eu seria Deus (DESCARTES, 2005, p. 76).

1.8 Ideias entendidas apenas como modos de pensamento

No desenrolar de se explicar a causa de ideias e coisas, Descartes busca uma solução para justificar de forma coerente a causa que justifique a existência de coisas fora do espírito; objetos ou coisas essas que de alguma forma forneceria ideias adquiridas através de nossos órgãos internos e que provocariam em nós suas semelhanças. Ao repelir essas duas razões deve-se considerar que das ideias que trago em mim algumas delas tem origem fora do pensamento. Nesse sentido, Descartes muda a trajetória do seu caminho, afirmando que quando essas ideias são concebidas, enquanto maneiras de pensar não existem diferenças entre elas, e que cada uma apresenta-se como surgidas e derivadas do próprio espírito.

[4] E não só conheço essas coisas com distinção quando as considero em geral, mas também por pouco que lhes aplique minha atenção, concebo uma infinidade de particularidades relativas aos números, às figuras, aos movimentos e a outras coisas semelhantes, cuja verdade se faz aparecer com tanta evidência e concorda tão bem com minha natureza que, quando começo a descobri-las, não me parece que aprenda nada de novo, mas, ao contrário, que me lembro do que já sabia anteriormente, ou seja, de que percebo coisas que já estavam em meu espírito, embora ainda não tivesse voltado meu pensamento para elas [portanto, tais ideias me são inatas].

[5] E o que encontro aqui de mais considerável é que encontro em mim uma infinidade de ideias de certas coisas, que não podem ser

estimadas um puro nada, embora, talvez, não tenham nenhuma existência fora de meu pensamento, e que não são fingidas por mim, se bem que esteja em minha liberdade pensá-las ou não as pensar; mas elas têm suas naturezas verdadeiras e imutáveis (DESCARTES, 2005, p. 98).

O pensamento, enquanto objeto imediato da ideia, produz em si características e definições, sendo ele o ponto de partida para se chegar a uma conclusão daquilo que pode ser tomado como verdade ou falsidade. Porém, contido ainda na mente, o mesmo representa apenas um ato do sujeito na sua subjetividade. No entanto o pensamento como ato de pensar produz na mente ideias que podem ser claras e distintas, como também aquelas que nos deixam dúvidas, ou então aquelas que nem supostamente possam existir, mas que são criadas e imaginadas. Nesta situação, o pensamento surge como um fator principal na criação das ideias, tendo a ideia inata, nascido com o homem independentemente da razão.

1.9 A realidade objetiva da ideia de Deus.

Percebe-se, no entanto, que a ideia representada apenas como imagem, e não como modo de pensamento, representa uma coisa diferente entre si, e que, sobretudo, são diversas entre elas. Já no que tange às ideias que representam uma substância, essas em si, carregam um grau de perfeição de realidade objetiva. Em outras palavras, a ideia de substância representa um maior grau de ser que traz consigo a realidade objetiva de sua existência, sobrepondo aquelas ideias que se apresentam como apenas modos e acidentes. Analisaremos mais adiante a questão da realidade objetiva, idealizada por Descartes, que será de suma importância para as provas da existência de Deus, *a posteriori*. A ideia de Deus, elaborada por Descartes, representa a ideia de substância pura e inata que possui um grau máximo de ser, pois é através dela que concebo, um Deus altíssimo, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente, onipresente, criador e construtor absoluto de todo universo e de tudo aquilo que existe fora dele. Assim, portanto, a ideia de Deus contém mais realidade objetiva e concreta do que aquelas que representam as substâncias finitas.

Quando concebemos a substância, concebemos uma coisa que existe de tal maneira que só tem necessidade de si própria para existir. [Mas pode haver obscuridade no que toca à explicação da expressão só tem necessidade de si própria]. Falando com propriedade, só Deus é assim

e não há nenhuma coisa criada que por um só momento possa existir sem ser apoiada e conservada pelo seu poder (DESCARTES, 2006, p.45).

Nesse caso, a ideia de Deus é concebida pelo próprio Deus em nós como uma substância pura e inata e que existe dentro de nós independentemente de quando pensamos a seu respeito. E que, portanto, não depende também de outras substâncias para poder existir. Sendo Deus uma ideia inata e essa por sua vez advinda de dentro do espírito como a marca, imagem e semelhança do Criador. Esse, porém, na sua plenitude, carrega em si o maior grau de perfeição suprema de ser. Fazendo, portanto, com que o sujeito finito participe da sua ideia pela faculdade da razão. Se a ideia de Deus está contida dentro do espírito, em uma parte bem profunda de nossa mente, tal que afirmamos que ele existe e que ele é a origem de todas as coisas e que a concebo, como verdade. Assim, por meio do pensamento, conseguimos, alcançá-Lo. Isso, no entanto, ocorre pelo fato do Criador ter nos criado com a faculdade da razão, e que por meio do próprio pensamento validamos a sua existência. Descartes afirma, em determinado momento, que a única verdade clara e distinta seria o próprio pensamento, sendo esse por si a sua própria prova da Sua existência. No entanto, mesmo que uma pessoa duvide que o pensamento exista, essa sua dúvida pessoal já caracteriza um pensamento. Uma vez de posse dessa regra de raciocínio que é a razão, Descartes examina a ideia de perfeição. Pois, quando pensamos em alguma coisa imperfeita, por exemplo, estamos nos referindo a uma falta de alguma coisa, ou seja, a ausência de algo que tornaria perfeita a coisa analisada. Por conseguinte, se essa coisa analisada estivesse completa em sua dimensão de ser teríamos a noção de um ser perfeito. Chegando, entretanto, à conclusão de que a ideia de perfeição não se origina dos sentidos, mas sim da razão, Descartes apela para racionalidade da mente, dizendo que nada provém do nada, e do nada, nada se cria, e menos ainda um ser perfeito tenha sido criado por um ser imperfeito. Com essas afirmações Descartes atinge o ápice dos seus estudos sobre a realidade objetiva da ideia de Deus, informando que um ser totalmente perfeito só pode ser a sua própria causa. Assim, a existência de uma ideia de perfeição existe em nossas mentes, comprovando, mais uma vez, a existência de Deus.

1.10 A relação de causa e efeito.

Segundo Descartes, em sua análise sobre a relação de causa efeito, deve haver na causa tanta realidade quanto no seu efeito. Nesse aspecto, o mesmo faz uma afirmação usando dois modos, a saber: o efeito não pode tomar sua realidade a não ser da sua própria causa, e que também a causa não pode comunicar ao seu efeito aquilo, que não possui em si própria. Nas *Segundas Objeções* é argumentado que o simples fato de nós produzirmos a ideia de Deus, ou de um ser soberano, não é plausível suficiente para demonstrarmos a existência de um ser perfeito. Assim, segundo os opositores, verificamos e analisamos em nós, um fundamento suficiente para forjar esta ideia, mesmo que um ser soberano não exista efetivamente. Objeta-se ainda que na faculdade do pensar encontramos pelo menos um grau de perfeição e que somos capazes de auto-reconhecê-lo. Diante disso, Descartes, faz uma demonstração sobre a inconsistência apresentada pelos seus opositores no que tange a essa objeção. Descartes lembra que ao final da Terceira Meditação havia afirmado que a ideia de Deus é uma ideia inata e que ela está residente e fundamentada no próprio espírito.

E, por certo, não se deve achar estranho que Deus, ao criar-me, tenha posto em mim essa ideia para ser como a marca do operário impressa em sua obra; e não é também necessário que essa marca seja algo diferente dessa mesma obra. Mas, só pelo fato de que Deus me criou, é muito crível que ele me tenha de alguma forma produzido à sua imagem e semelhança, e que eu conceba essa semelhança (na qual a ideia de Deus se acha contida) pela mesma faculdade pela qual concebo a mim mesmo; quer dizer que, quando faço reflexão sobre mim, não somente conheço que sou uma coisa imperfeita, incompleta e dependente de outrem, que tende e aspira incessantemente a algo melhor e maior do que sou, mas que conheço também, ao mesmo tempo, que aquele de quem dependo possui em si todas essas grandes coisas a que aspiro, e cujas ideias encontro em mim, não indefinidamente e apenas em potência, mas que ele as usufrui de fato, atual e infinitamente, e, assim, que é Deus (DESCARTES, 2005, p. 81).

Afirma ainda que de fato poderíamos formá-la, mesmo que não existisse um soberano ser. Descartes afirma “que toda força de meu argumento consiste em que não poderia ocorrer que a faculdade de formar essa ideia existisse em mim, se eu não tivesse sido criado por Deus.” (*Respostas às Segundas Objeções*, 2010, p. 218). Ainda analisando as *Segundas Objeções*, os opositores de Descartes apresentaram um novo desafio, baseado na natureza, para demonstrar que é plausível haver no efeito alguma realidade objetiva ausente na causa.

Mas, dizeis, o efeito não pode apresentar nenhum grau de perfeição, ou de realidade, que não tenha estado anteriormente na sua causa. Mas (além de verificarmos todos os dias que as moscas e inúmeros outros animais, assim como as plantas, são produzidas pelo sol, pela chuva e pela terra, nos quais não há nenhuma vida, como há nesses animais, vida que é mais nobre do que qualquer outro grau puramente corpóreo, de onde resulta que o efeito cobra, de sua causa, alguma realidade, que no entanto não existia na causa); (...) (*Segundas Objeções*, 2010, p. 209).

Respondendo a esse desafio dos seus contraditores, ele afirma:

O que dizeis das moscas, das plantas, etc., não prova, de maneira alguma, que algum grau de perfeição possa estar num efeito, não tendo estado antes na causa. Pois é certo não haver perfeição nos animais destituídos de razão que não se encontre também nos corpos inanimados, ou, se há alguma perfeição, esta lhes provém de outra parte, não sendo o sol, a chuva e a terra as causas totais desses animais (*Segundas Objeções*, 2010, p. 218).

Ele argumenta que é evidente não existir perfeição nos animais privados de razão que não se ache também nos corpos inanimados, ou caso exista alguma perfeição, esta lhes advém de outra coisa, não sendo o sol, a chuva, e a terra as causas totais desses animais. Além disso seria inconsistente e irracional se alguém, pelo simples motivo de desconhecer a causa, corrobore para geração de uma mosca e que tenha tantos graus de perfeição quanto há nela, não estando, contudo, convicto de que existem outras além das que conhece “aproveitasse a ocasião para duvidar de uma coisa, a qual, como logo direi mais amplamente, é manifesta pela luz natural.” (*Segundas Objeções*, 2010, p. 218). Descartes chega à conclusão, no entanto, que exemplos extraídos apenas das observações das coisas materiais, sem uma ordem sistemática da razão, indicam a falta de cuidados para os seus métodos elaborados nas *Meditações*. Sendo assim, tais considerações não podem sobrevir ao “espírito daqueles que, seguindo a ordem de minhas *Meditações*, desviam seus pensamentos das coisas sensíveis, para começar a filosofar. (*Segundas Objeções*, 2010, p. 218).

CAPÍTULO 2

2.1 As implicações de relação de causa e efeito

Abordarei agora a Terceira Meditação tendo em vista as duas consequências necessárias para conclusão da relação entre causa e efeito. A primeira afirmativa a respeito da causa e efeito é que do nada, nada provém, e o segundo aspecto, se baseia no argumento de que um ser que possui mais realidade não pode originar-se e depender de um ser menos perfeito.

Pois, de fato, aquelas que me representam substâncias são, sem dúvida, algo a mais e contêm em si (por assim falar) mais realidade objetiva, ou seja, participam por representação em mais graus de ser ou de perfeição do que as que me representam somente modos ou acidentes. Ademais, aquela pela qual concebo um Deus soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente e criador universal de todas as coisas que estão fora dele, aquela, digo, tem certamente em si mais realidade objetiva do que aquelas pelas quais as substâncias finitas me são representadas.

[16] Agora, é coisa manifesta pela luz natural que deve haver pelo menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto em seu efeito; pois, de onde o efeito pode tirar sua realidade senão de sua causa? E como esta causa poderia comunicá-la a ele se não a tivesse em si mesma? (DESCARTES, 2005, p. 65-66).

Nesse ponto, Descartes nos lembra que tal reflexão, a respeito da relação entre causa e efeito, é herdada da tradição filosófica anterior. Para explicar melhor e desenvolver de forma contundente esse assunto, a respeito de causa e efeito, o mesmo utiliza dois exemplos didáticos, que são elementos presentes na própria natureza e acessíveis a qualquer um.

Por exemplo, a pedra que ainda não existiu, não somente não pode agora começar a existir, se não é produzida por uma coisa que possui em si formalmente, ou eminentemente, tudo o que entra na composição da pedra, ou seja, que contenha em si as mesmas coisas ou outras mais excelentes do que aquelas estão na pedra, e o calor não pode ser produzido num sujeito que antes era privado dele, a não ser por uma coisa que seja de uma ordem, de um grau ou de um gênero ao menos tão perfeito quanto o calor, e assim por diante. Mas ainda, além disso, a ideia do calor, ou da pedra, não pode existir em mim se não foi posta por alguma causa que contenha em si pelo menos tanta realidade quanto concebo no calor ou na pedra. Pois, ainda que esta causa não transmita para minha ideia coisa alguma de sua realidade

atual ou formal, não se deve por isso imaginar que essa causa deva ser menos real; mas deve-se saber que, toda ideia sendo uma obra do espírito, sua natureza é tal que ela não requer de si nenhuma outra realidade formal além daquela que recebe e retira do pensamento ou do espírito, do qual ela é somente um modo, ou seja, uma maneira ou forma de pensar. Ora, a fim de que uma ideia contenha uma tal realidade objetiva e não outra, ela deve, sem dúvida, ter isso de alguma causa, na qual se encontra pelo menos tanta realidade formal quanto esta ideia contém de realidade objetiva (DESCARTES, 2005, p. 66-67)

A princípio, a concepção da existência de algo na ideia que não esteja presente e claro na causa pode frequentemente nos levar ao erro, conseqüentemente tomando o falso como verdadeiro ou vice-versa. Mediante isso, talvez, tal ideia tenha adquirido esse algo do nada. Nas Segunda Respostas o axioma de causalidade ocupa uma estrutura lógica de noção primeira na filosofia cartesiana. O fato de que nada exista em um efeito sem que não exista de forma semelhante ou mais elevada na causa é tão evidente que não há nada tão claro. Segundo Descartes, o nada não pode ser a causa de algo, por mais imperfeito que seja o modo de ser através do qual algo é objetivado ou representado no modo de pensamento por sua ideia. Não se pode afirmar que esse modo não seja o nada, nem, portanto, que tal ideia tenha como fonte originária o próprio nada como causa final conclusiva.

Também não é louvável duvidar que tal realidade necessite estar formalmente e atualmente presente na causa de minhas ideias, embora a realidade que concebo nessas ideias seja objetiva. A hipótese de que existindo a possibilidade que uma ideia gere outras gradativamente pode nos levar a retroceder ao infinito.

E, ainda que possa acontecer que uma ideia dê origem a outra ideia, isso não pode dar-se ao infinito, mas é preciso ao fim chegar a uma primeira ideia, cuja causa seja como um padrão ou um original, na qual toda a realidade ou perfeição esteja contida formalmente e em efeito, a qual se encontre somente objetivamente ou por representação nessas ideias. De sorte que a luz natural me faz conhecer com evidência que as ideias estão em mim como quadros, ou imagens, que podem na verdade facilmente decair da perfeição das coisas de que foram tiradas, mas que jamais podem conter nada de maior ou mais perfeito (DESCARTES, 2005, p. 68).

Porém é necessário perceber em nós e elevar os nossos espíritos a acreditar que existe uma ideia primeira, cuja a causa pode ser uma matriz fundamental e principal na qual toda realidade possa estar presente formalmente e objetivamente nessa ideia primeira. Na afirmativa de Descartes, a razão nos revela que as ideias manifestam-se no pensamento como um quadro que pode, ou não, corresponder perfeitamente às coisas de

onde se originam, mas que de nenhum modo podem possuir algo de mais perfeito. É relevante, portanto afirmar, que o axioma da causalidade estabelece regras para legitimar a veracidade das ideias, cuja origem e semelhança repousam em objetos que existem fora do meu espírito. Se porventura a realidade objetiva de algumas de minhas ideias, claras e distintas, não se apresentarem a mim, formalmente ou eminentemente, deve-se concluir que eu não sou a causa dessas ideias. Nas Segundas Respostas Descartes sustenta que se trata aqui de uma primeira noção e que toda perfeição que está objetivamente numa ideia deve estar absolutamente em algumas de suas causas.

E todavia, em favor daqueles cuja luz natural é tão fraca que não veem que constitui uma primeira noção *que toda a perfeição que está objetivamente numa ideia deve estar realmente em alguma de suas causas*, ainda a demonstrei de maneira fácil de conceber, mostrando que o espírito que tem esta ideia não pode existir por si próprio (Segundas Respostas, 2010, p. 220).

Pois, embasado em princípios teóricos, Descartes afirma categoricamente que ele não existe sozinho no mundo, mas que existe algo mais de real e mais perfeito, além dele, e que, por isso, é responsável por produzir ideias no seu espírito. Dessa forma, o axioma da causalidade cumpre um trabalho difícil, e fracassado, pelas duas razões postuladas anteriormente. Nesse caso, Descartes reconhece que uma ideia assim ainda não foi encontrada e, portanto, naquele momento a única existência admitida é a da sua própria existência, como um ser racional guiado pela razão.

2.2 A ideia de Deus, de coisas corporais e inanimadas, de anjos, e animais, e de homens

Segundo Descartes, a ideia que representa o seu próprio “eu” afirma-lhe que sobre ele não existe qualquer ato obscuro, e que enfim ele é algo que existe, uma coisa pensante. Com essas afirmações incorporadas ao seu espírito, Descartes faz questionamentos sobre outras coisas e ideias além dele, e que essas coisas devem ser elucidadas pela luz da razão, a saber, a ideia de Deus, de coisas corpóreas e inanimadas, de anjos, de animais e de homens semelhantes a mim. Para ele, tais ideias não devem ser condicionadas e consideradas como imagens de objetos externos ao meu espírito, sem que antes eu faça uma análise profunda e minuciosa, chegando a uma conclusão final a respeito de tais ideias.

[19] Ora, entre essas ideias, além daquela que me representa a mim mesmo, sobre a qual não pode haver aqui nenhuma dificuldade, há outra que me representa um Deus, outras, coisas corporais e inanimadas, outras, anjos, outras, animais, e outras, enfim, que me representam homens semelhantes a mim. Mas, no que diz respeito às ideias que me representam outros homens, ou animais, ou anjos, concebo facilmente que elas podem ser formadas pela mistura e pela composição das outras ideias que tenho das coisas corporais e de Deus, ainda que fora de mim não houvesse outros homens no mundo, nem animal algum, nem anjo algum. E, no que diz respeito às ideias das coisas corporais, não reconheço nelas nada de tão grande nem de tão excelente que não me pareça poder vir de mim mesmo (DESCARTES, 2005, p 69).

2.3 A ideia de coisas corporais

No que tange às coisas corporais, Descartes argumenta que as coisas contidas nelas são excelentes e que tudo isso que elas contêm é causado por mim mesmo, num processo de relação entre sujeito e objeto. Para melhor compreensão se faz necessário o exemplo clássico da cera; ele relembra que nesse momento pouca coisa há para se reconhecer com clareza e distinção na cera; por exemplo, a grandeza ou a extensão em comprimento, largura e profundidade, a figura que é formada pelos termos e pelos limites dessa extensão; a situação que os corpos diferentemente figurados, guardam entre si, e o movimento ou a modificação dessa situação, aos quais podemos acrescentar a substância, a duração e o número. Porém, existe também, outras qualidades, que nos afiguram na ideia de cera que são de tal modo obscuras e confusas. Nesses aspectos, não dá para saber, se tais qualidades são verdadeiras ou falsas, e, portanto, não devemos dar importância a elas. Pode ocorrer, entretanto, que essas qualidades não correspondam a alguma coisa real, mas sejam invenções dos nossos pensamentos. Cita, como exemplo, a luz, as cores, os sons, os odores, o calor e o frio, entre outros.

Ora, qual é esta cera, que só pode ser concebida pelo entendimento ou pelo espírito? Por certo é a mesma que vejo, que toco, que imagino, e a mesma que eu conhecia desde o começo. Mas o que é de assinalar, sua percepção, ou então a ação pela qual se a percebe, não é uma visão, nem um toque, nem uma imaginação, e nunca o foi, conquanto o parecesse anteriormente, mas somente uma inspeção do espírito, a qual pode ser imperfeita e confusa, como era anteriormente, ou então clara e distinta, como é no presente, segundo minha atenção se volte mais ou menos para as coisas que nela estão e de que é composta (DESCARTES, 2005, p. 51-52).

2.4 As ideias e a falsidade material

Descartes, em busca da verdade, traz novamente consigo uma conjectura sobre a hipótese de que podemos nos enganar ou ser enganados. Trata-se aqui da falsidade material, a qual ainda não tinha sido cogitada por ele. Nessa investigação ele descobre que além dos juízos, cujo o equívoco é de natureza formal, pode acontecer que de alguma forma existam ideias em mim que possam representar algo inexistente como se essas fossem verdadeiras.

A saber, só do fato de que, sendo a vontade muito mais ampla e mais extensa do que o entendimento, não a contendo nos mesmos limites, mas a estendendo também às coisas que não entendo; sendo por si indiferente a elas, ela se desencaminha com muita facilidade e escolhe o mal pelo bem, ou o falso pelo verdadeiro. O que faz que me engane e que peque (DESCARTES, 2005, p. 90).

Diante disso, ele nos traz uma referência sobre o calor e o frio, afirmando que tanto o calor, quanto o frio, trazem pouca clareza e distinção, e que através deles não posso distinguir se o frio é uma privação do calor ou se, pelo contrário, o calor seria a privação do frio. Ainda existe outro problema, que é o caso das ideias consideradas como imagens: não há nenhuma ideia que nos apareça ou represente alguma coisa. Se for legítimo afirmar que o frio é nada mais do que a privação do calor, a ideia que nos representa o frio como algo efetivo será sem dúvida considerada como falsa, e deste modo, existem outras ideias semelhantes, às quais é necessário que eu atribua outra origem que não seja eu mesmo. Se porventura essas ideias sejam falsas por representarem coisas que não existam, a razão me faz admitir que tenham origem do nada, ou seja, que se apresentam em mim somente porque meu espírito não é perfeito. Todavia, se tais ideias são verdadeiras, tendo em vista que me representam tão poucas realidades, que sou incapaz de separar com clareza e distinção a coisa pensada do nada, porém não vejo razão para afirmar que não tenham sido produzidas por mim mesmo.

Quanto às outras coisas, como a luz, as cores, os sons, os odores, os sabores, o calor, o frio, e as outras qualidades que caem sob o tato, elas se encontram em meu pensamento com tanta obscuridade e confusão que até ignoro se são verdadeiras, ou falsas e somente aparentes, ou seja, se as ideias que concebo dessas qualidades são de fato as ideias de algumas coisas reais, ou então se me representam apenas seres quiméricos, que não podem existir. Pois, ainda que eu tenha notado antes que só nos juízos se pode encontrar a verdadeira e formal falsidade, é possível, não obstante, encontrar nas ideias uma certa falsidade material, a saber, quando representam o que não é

nada como se fosse alguma coisa. Por exemplo, as ideias que tenho do frio e do calor são tão pouco claras e tão pouco distintas que por meio delas não posso discernir se o frio é somente uma privação do calor, ou o calor uma privação do frio, ou então se ambos são qualidades reais, ou se não o são; e, uma vez que, as ideias sendo como imagens, não pode haver nenhuma que não nos pareça representar alguma coisa, se é verdadeiro dizer que o frio não é outra coisa senão uma privação do calor, a ideia que mo representa como algo real e positivo não será com despropósito chamada falsa; e isso ocorre com outras ideias semelhantes, às quais, por certo, não é necessário que eu atribua outro autor senão eu mesmo. Pois, se elas são falsas, ou seja, se representam coisas que não existem a luz natural me faz conhecer que elas procedem do nada, ou seja, que só estão em mim porque falta alguma coisa à minha natureza e porque ela não é toda perfeita. E se essas ideias são verdadeiras, não obstante, porque elas me fazem aparecer tão pouca realidade que não posso mesmo discernir nitidamente a coisa representada do não ser, não vejo razão por que não possam ser produzidas por mim mesmo e eu não possa ser seu autor (DESCARTES, 2005, p. 70).

2.5 A ideia de substância, duração e número

Descartes, ao considerar as qualidades encontradas na ideia das coisas corpóreas como claras e distintas, diz de alguma forma que não é obrigatoriamente que coisas corpóreas existam fora do seu pensamento.

[20] Quanto às ideias claras e distintas que tenho das coisas corporais, há algumas que parece que pude tirar da ideia que tenho de mim mesmo, como a que tenho da substância, da duração, do número e de outras coisas semelhantes. Pois, quando penso que a pedra é uma substância, ou então uma coisa que por si é capaz de existir, depois que sou uma substância, embora conceba que sou uma coisa que pensa e não extensa, e que a pedra, ao contrário, é uma coisa extensa e que não pensa, e que, assim, entre essas duas concepções há uma notável diferença, todavia elas parecem convir pelo fato de representarem substâncias. Assim também, quando penso que sou agora, e que me recordo, ademais, de ter sido outrora, e concebo vários pensamentos diferentes cujo número conheço, adquire então em mim as ideias da duração e do número, as quais, mais tarde, posso transferir para todas as outras coisas que eu quiser (DESCARTES, 2005, 70-71).

A ideia de substância, duração e número, que trago comigo, por assim dizer, são ideias que concebo ao representar a mim mesmo, e que por isso, posso aplicá-las a uma determinada coisa corpórea. Para todos efeitos, quando penso que a coisa “pedra” é uma substância e que essa, por sua vez, é capaz de existir por si própria, é, por conseguinte, possível pensar que sou de alguma forma uma substância. Nesse contexto lógico de substância “pedra” e substância “eu homem” é louvável admitir, que “meu espírito” seja uma coisa pensante, que pensa e que é não extensa, e que a pedra é neste caso uma

substância extensa, e não-pensante, e que, portanto, é nesse paralelo que há enorme distinção entre ambas. Porém, elas se harmonizam quando são colocadas nas condições de substâncias. Segue agora o problema da duração e número, que se resume a partir do momento que penso e que mais a frente me recordo de ter sido outro momento uma coisa ou substância. Daí, concebo em mim diversos pensamentos sucessivamente, e que por essas ações posso dizer que conheço os números, e formalizo no meu espírito tais ideias, que posso transmitir a todas outras coisas que eu julgar ser conveniente.

2.6 Qualidades de extensão, a figura, a situação e o movimento de lugar

Descartes pressupõe que pode haver, de alguma forma, a possibilidade das qualidades de extensão, a figura, a situação e o movimento de lugar, cujas ideias dessas compõem as coisas corporais, tendo origem em mim, como substância causal de coisas que se me afiguram serem reais, tornando-se um desafio para mim provar sua veracidade ou não.

[21] No que tange às outras qualidades de que são compostas as ideias das coisas corporais, a saber, a extensão, a figura, a situação e o movimento de lugar, é verdade que elas não estão formalmente em mim, porquanto sou apenas uma coisa que pensa; mas, porque são somente certos modos da substância, e como que as vestes sob as quais a substância corporal nos aparece, e eu mesmo também sou uma substância, parece que elas podem estar contidas em mim eminentemente (DESCARTES, 2005, p. 71).

Portanto, “eu”, como coisa pensante, seria a causa inicial para tais qualidades existirem, formalizando assim, de modo eminente suas origens e caracterização em mim. Essa construção de ideias, apenas sou uma coisa ou algo que pensa, e que tais qualidades apresentam-se apenas como modo ou maneira da substância ser. As qualidades aqui apresentadas são, propriamente ditas, como maneiras ou modos através dos quais as substâncias corpóreas nos dão a conhecer. Tendo em vista tudo isso, posso dizer lhe, que sou também uma substância, sendo assim, não vejo algo de obscuro ou de maior extrapolação, e que mediante a sua característica tais qualidades possam estar presentes eminentemente em mim.

2.7 A ideia de Deus

Descartes inicia agora mais uma investigação, dessa vez a respeito da ideia de Deus. Há algo nessa ideia “que não possa ter vindo de mim mesmo”? Continuando seu exame, ele vê que tem necessidade de se conhecer cada vez mais e, além disso, também tem necessidade de saber se algumas das ideias que estão em seu espírito podem ter algum valor de verdade.

Pelo nome Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente, e pela qual eu mesmo, e todas as outras coisas que existem (se é verdade que há coisas que existem) foram criadas e produzidas (DESCARTES, 2005, p. 21-22)

Surge aqui uma ideia de que a coisa pensante não pode ser causa. Deus também é substância como a coisa pensante, mas não se fala em substância univocamente. A substância finita pode ser causa da ideia de substância extensa, também finita. Porém Deus por ser uma substância infinita, impede que eu, finito, possa ser causa da ideia de um ser infinito.

Mas, não obstante, quando penso nisso com mais atenção, vejo manifestamente que a existência não pode ser mais separada da essência de Deus do que, da essência de um triângulo retilíneo, a grandeza de seus três ângulos iguais a dois retos, ou então da ideia de uma montanha, a ideia de um vale; de sorte que não há menos repugnância em conceber um Deus (ou seja, um ser soberanamente perfeito) ao qual falte a existência (ou seja, ao qual falte alguma perfeição) do que em conceber uma montanha que não tenha vale (DESCARTES, 2005, p. 101).

Assim, Descartes conclui que ele não é a causa originária dessa ideia de substância infinita, e que por isso se sente perplexo e comprometido em buscar descobri-la, chegando a uma conclusão sólida e concreta a respeito da existência de Deus.

CAPÍTULO 3

3.1 A primeira prova *a posteriori* da existência de Deus

Descartes apresenta dois argumentos consistentes e objetivos para afastar completamente qualquer possibilidade da ideia de Deus não representar algo de real e verdadeiro. O primeiro argumento é pautado em demonstrar coerentemente que a noção de infinito não pode ser vista como uma negação da noção de finito, pois é mais notável e plausível que exista mais realidade na substância infinita do que na substância finita e, por conseguinte, tenho efetivamente primeiro a noção do que seja o infinito, do que seja o finito. O segundo argumento tem como princípio demonstrar que a ideia de Deus é verdadeira e não pode ser materialmente falsa, como se estivesse em meu espírito por eu estar completamente privado de alguma coisa, pois o máximo de realidade objetiva presente em si implica a impossibilidade de existir outra coisa ou ser mais supremo do que Ele.

A primeira prova *a posteriori* consiste em afirmar que 1) na causa deve haver ao menos tanta realidade quanto no efeito; 2) a causa da realidade objetiva das ideias deve ter ao menos tanta realidade formal quanto de realidade objetiva esta contida na ideia; 3) eu possuo a ideia de uma substância infinita; 4) o eu, enquanto substância finita, não tem suficiente realidade formal para causar a realidade objetiva de uma substância infinita; e, portanto, 5) existe uma substância infinita que causou a realidade objetiva da ideia da substância infinita.

3.2 A ideia de substância infinita e finita

O fato da ideia de Deus estar presente no eu, essa coisa pensante, não quer dizer que essa ideia originou-se nele, sendo ele apenas um ser finito, com característica e finalidades limitadas:

Pois, ao contrário, a unidade, a simplicidade, ou a inseparabilidade de todas as coisas que existem em Deus é uma das principais perfeições

que concebo nele existir; e, por certo, a ideia dessa unidade e reunião de todas as perfeições de Deus não pode ser colocada em mim por nenhuma causa de que eu também não tenha recebido as ideias de todas as outras perfeições (DESCARTES, 2005, p. 79).

Nas *Segundas Respostas*, Descartes afirma que

a ideia que temos, por exemplo, do entendimento divino, não parece diferir da que temos de nosso próprio entendimento, senão apenas como a ideia de um número infinito difere da do número binário ou do terciário; e acontece o mesmo com todos os atributos de Deus, de que reconhecemos em nós algum vestígio” (*Segundas respostas*, 2010, p. 221).

3.3 A noção de infinito e a negação do finito

No tocante à noção de infinito e a negação do finito, Descartes repudia, descarta, e refuta qualquer possibilidade de que a noção de infinito seja uma negação da noção do finito, e que, assim, não seja uma ideia verdadeira. Diante desse postulado apresentado por Descartes, conclui-se que, diferentemente da compreensão que tenho a respeito do repouso e das trevas como sendo a privação do movimento e da luz, é com clareza e abundante distinção que percebo a existência e mais realidade concreta na substância infinita do que na finita. E tenho em mim primeiro o conceito de infinito do que o conceito de coisa finita, que sobretudo também faz parte de mim como coisa pensante. Assim, tenho primeiro a noção de Deus como substância infinita e superior a qualquer outra coisa que podemos imaginar e, posteriormente, a noção de mim mesmo como substância finita. Seguindo adiante na tentativa de explicar algo a mais sobre a substância infinita, Descartes afirma que essa não poderia ser, ou ser considerada como uma privação de outra coisa, tendo em vista o seu grau supremo de realidade objetiva. No entanto, não seria possível que ele pudesse conhecer que duvida e que deseja, isto é, que seja privado de algo, e que não seja perfeito, se não tivesse nele a ideia alguma de um ser mais perfeito do que ele, lhe servindo de referência e comparação, através da qual o mesmo conheceria as necessidades da sua natureza.

3.4 A impossibilidade da ideia de Deus ser considerada materialmente falsa

Descartes afasta de imediato do seu pensamento qualquer possibilidade de suspeitar que a ideia de Deus possa ser considerada materialmente falsa, tendo em vista

que ela não pode ter surgido ou se originado do nada. Ou ainda, se originado de coisas estranhas que possam ter adentrado seu espírito, levando em consideração também que essa ideia possa estar em mim pelo fato de me faltar algo a ser completado, sendo eu apenas uma coisa pensante e finita, como nos casos das ideias de calor, de frio e coisas análogas. Ao contrário, aquelas ideias que me representam Deus são bastantes claras e distintas e detêm em si características elevadas de seu grau de realidade objetiva, que as tornam superiores a qualquer outra. Sendo assim, não existe nenhuma outra que afigure ser mais verdadeira, que ao menos levante suspeita de equívoco.

Nas *Segundas Objeções*, Descartes tem de lidar com a crítica de seus opositores, que afirmam que a ideia de Deus seria apenas um ente da razão. “(...) mas digo eu, essa ideia nada mais é que um ente da razão, que não é mais nobre do que vosso espírito que a concebe”, (*Segundas Objeções*, 2010, p. 209). Descartes contra-argumenta que se por um ente da razão se entende uma coisa, esta objeção é infundada, mas caso a expressão designe todas as operações do entendimento, ou seja, todos os seres que partem da razão, não há o que contestar, pois nesse sentido, todo esse mundo pode também chamar-se um ser da razão divina (*Segundas Respostas*, 2010, p. 219). Seguindo mais adiante, ele acrescenta:

E já adverti suficientemente, em vários lugares, que falava apenas da perfeição ou realidade objetiva dessa ideia de Deus, a qual não requer menos uma causa, onde esteja contido de fato tudo aquilo o que não está contido nela senão objetivamente ou por representação, do que a requer o artifício objetivo ou representado, existente na ideia que qualquer artesão tem de uma máquina muito artificial. (DESCARTES, 2010, p. 219)

Na concepção cartesiana a ideia de Deus é algo absolutamente verdadeiro, mesmo que em algumas circunstâncias, ou por um esforço espontâneo, eu pudesse fingir que um ente dessa natureza sumamente perfeito e infinito não existisse. Eu não poderia negar que tal ideia me representa algo de real; como se pode negar no entanto no caso da ideia de frio e calor. Nessa hipótese, a ideia de Deus é clara e distinta, pois qualquer coisa que o meu espírito compreenda clara e distintamente de real e verdadeiro e que possui em si própria alguma perfeição será considerado como um fato conclusivo de sua ideia final.

3.5 A segunda prova *a posteriori* da existência de Deus

Descartes agora quer investigar qual é a sua origem. Eu que tenho a ideia de um ser perfeito e infinito poderia existir se não houvesse um Deus?

[30] É por isso que quero aqui seguir em frente e considerar se eu mesmo, que tenho essa ideia de Deus, poderia existir, caso não houvesse Deus. E pergunto, de quem eu teria minha existência? Talvez de mim mesmo, ou de meus pais, ou então de algumas outras causas menos perfeitas do que Deus; pois não se pode imaginar nada mais perfeito, nem mesmo igual a ele (DESCARTES, 2005, p. 76).

Assim, vai ser esboçada a segunda prova *a posteriori* que pode ser resumida neste esquema de Scribano (2007, p. 99):

1. Da existência presente não se segue a existência futura;
2. É necessária uma causa que recrie um ente existente a cada instante em que dura o ente (para 1);
3. A causa de um ente deve possuir formal ou eminentemente toda a realidade possuída por aquele ente;
4. Existe um ente — o eu, substância pensante finita — em posse da ideia de Deus;
5. A causa do eu em posse da ideia de Deus deve ser uma substância pensante em posse da ideia de Deus (para 3 e 4);
6. A causa do eu ou é por si ou é por outros;
7. Se a causa do eu é por outros é causada por uma outra substância pensante em posse da ideia de Deus;
8. No presente, não é possível o regresso ao infinito;
9. Existe uma causa do eu que é por si (para 6, 7 e 8);
10. Quem tem força suficiente para dar o ser a si mesmo tem força suficiente para dar a si mesmo todas as perfeições de que tem ideia;
11. A causa primeira tem força suficiente para dar a si mesma todas as perfeições (para 9 e 10);
12. A causa primeira tem a ideia de todas as perfeições (para-5);
13. A causa primeira necessariamente dará a si mesma todas as perfeições de que tem ideia (para 10, 11 e 12);
14. Portanto, a causa primeira é um ente perfeíssimo, ou seja, é Deus.

3.6 Eu, como um ser imperfeito, não posso ser a causa da origem da minha própria existência

Descartes afirma que se fosse ele independente e com superpoderes jamais vistos, logicamente não duvidaria constantemente de coisas algumas, nem tão pouco desejaria mais nada para ser consumado, e, por conseguinte, não estaria privado de alguns tipos de perfeições. Segundo ele, não existe razão alguma para imaginar que seria mais fácil e sutil afirmar que posso tanto ser tais potencialidades, do que aquilo

que me escapa, por ser um ser dessa natureza. Pelo contrário, seria muito difícil que eu, definido como um ser pensante, com características reflexivas e com potencialidade de executar coisas de maneira racional, tivesse surgido propriamente dito do nada. Sendo assim, se eu porventura tivesse me conferido este algo de alta potencialidade que é responsável pela minha própria natureza existencial não teria me privado de coisas que são de mais fácil obtenção, ou seja de muitos conhecimentos que minha natureza ignora. Nesse contexto, e com essas afirmações positivas não seria possível me privar de nada que está presente na ideia de Deus, pelo fato de que não há nenhuma que me afigure ser mais difícil de obter. E mesmo que houvesse uma ideia mais árdua para adquirir, ela me parecia assim, por que eu, sentiria que esgotaria toda minha potencialidade em elucidá-la.

3.7 Nenhum princípio causal menos perfeito que Deus poderá concorrer para manutenção da minha existência como ser

A respeito dessa ideia de princípio causal, criação, manutenção e perfeição por parte de um ente supremo que me criou e tendo em vista de imediato que não foram meus pais, ou quaisquer coisas singulares e finitas, a não ser Deus com todas suas perfeições. Diante dessas afirmações pertinentes, sobre uma visão ontológica hipoteticamente de quem lhe criou, seus críticos levantaram algumas objeções:

Além disso, como sabeis que esta ideia jamais se vos ofereceria ao espírito, se tivésseis passado toda a vida num deserto, e nunca em companhia de pessoas sábias? E não se poderia alegar que a hauristes dos pensamentos que vos haviam ocorrido anteriormente, dos ensinamentos dos livros, dos discursos e conversações de vossos amigos etc., e não de vosso exclusivo espírito, ou de um soberano ser existente? (DESCARTES, 2010, p. 209).

Descartes responde que seu argumento permanece inabalável e sólido

Não vejo tampouco que tenhais provado algo contra mim, dizendo que talvez eu tenha recebido a ideia que me representa Deus *dos pensamentos que concebi anteriormente, dos ensinamentos dos livros, dos discursos e conversas de meus amigos etc. E não somente de meu espírito*. Pois meu argumento terá sempre a mesma força, se dirigindo-me àqueles de quem se diz que eu a recebi, eu lhes perguntar se a têm por si mesmos, ou por outrem, em vez de perguntá-lo a mim próprio; e eu concluirei sempre que esse outro é Deus, de quem ela é primeiramente derivada (DESCARTES, 2010, p.220).

Na Terceira Meditação ele elimina esta possibilidade, retomando o axioma de causalidade. Seu parâmetro argumentativo diz que deve haver tanta realidade na causa quanto em seu efeito. Em consonância com essa afirmação, ele alega que sendo pois uma coisa pensante e finita e que traz consigo uma ideia inata de um ser completamente perfeito e infinito, seja qual for, nesse momento, a causa da sua natureza, é necessário admitir, logicamente, que ela deve ser de igual modo a mesma causa pensante, e contem em si a ideia de todas as perfeições que considero na natureza de Deus.

Porém se ainda existir dúvidas, pode se investigar cautelosamente se essa causa é oriunda de si mesma ou de outro ser. Se porventura ela seja responsável por sua própria origem e existência, ela deve ser entendida como Deus, por ela conter o poder de ser e existir por si, e contemplar todas as outras perfeições, cujas ideias concebidas, ou seja, as mesmas perfeições que atribuo a um soberano Deus.

Nesse entendimento sequencial, se a causa tiver retirado sua existência de alguma outra, então, a elucidação será concentrada nessa segunda causa *a posteriori*, batizada pela mesma pergunta lógica acerca da origem e da existência própria. Nesse sentido, se elas são derivadas de si ou de alguma outra causa, até por fim alcançar a última causa, coincidirá com Deus. Assim, Descartes reconhece que tal procedimento a respeito da elucidação não deve se estender até o infinito, pois a tarefa nesse exato momento não consiste em descobrir tanto a causa que me criou, quanto a de quem me conserva nesse momento.

3.8 A origem da ideia de Deus: verdade ou falsidade

No tocante à veracidade ou falsidade a respeito dos fatos pertinentes sobre a origem da ideia de Deus, Descartes se manifesta negativamente, contrapondo a impossibilidade de que muitas ideias reunidas tenham colaborado em parte para sua criação. Mediante essa impossibilidade causal, conclui-se supostamente de que de uma ideia eu tenha recebido a noção de uma das perfeições que atribuo a Deus, e que de outra ideia eu tenha recebido outra perfeição, como se todas perfeições, ou partes delas, se encontrassem pairando no universo em movimentos singular e distintos, ao invés de estarem todas em um único lugar unificadas.

Nas *Segundas Respostas*, no que diz respeito a essas narrativas, René Descartes afirma que nosso ato, como seres pensantes, concebendo os atributos de Deus separadamente, uns dos outros, é fruto de nossa imperfeição.

E, por seu intermédio, sabemos que nenhuma das coisas que concebemos estar em Deus e em nós, e que consideramos Nele por partes e como se fossem distintas, por causa da fraqueza de nosso entendimento, e que experimentamos como tais em nós, não convém a Deus e a nós na forma denominada unívoca nas Escolas. (DESCARTES, 2010, p. 221).

Contextualizando a ideia de um ente completamente perfeito, representando um Deus na intensidade, simplicidade, ou unidade absoluta de todos os seus atributos, e da qual não encontramos em nós nada semelhante é “(...) *como que a marca do obreiro impressa em sua obra*” (DESCARTES, 2010, p. 221). Porém, mais um crítico declara, acerca da unidade e simplicidade dos atributos designados a Deus:

A ideia de unidade e simplicidade de uma única perfeição que envolva e contenha todas as outras constitui-se unicamente pela operação do entendimento que raciocina, assim como se constituem as unidades universais, que não estão nas coisas, mas somente no entendimento, como é visível pela unidade genérica, transcendental etc. (DESCARTES, 2010, p. 210).

Respondendo significadamente ao entendimento dos seus opositores no que tange às suas objeções, René Descartes sustenta que a ideia de todas as perfeições que há em Deus é totalmente distinta da unidade genérica e de qualquer universal, pois em Deus ela “... denota uma particular e positiva perfeição em Deus, ao passo que a unidade genérica nada acrescenta de real à natureza de cada individuo”. (DESCARTES, 2010, p. 223).

3.9 A ideia de Deus não pode ter como origem os órgãos dos sentidos

Descartes alega em seu discurso que seria impossível que a ideia de Deus tenha suas origens enraizadas nos órgãos dos sentidos, e que sua posição a esse respeito, tem como ponto de partida o afastamento incondicional dos órgãos dos sentidos serem a causa originária da ideia de Deus; e que, por conseguinte, essa ideia no entanto de um Deus supremo, me vem ao espírito sem ser contra a minha vontade, o que lhe difere daquelas ideias originadas de coisas comuns sensíveis causada pelos os órgãos dos

sentidos, quando começam a se manifestar aos órgãos sensitivos em associação com coisas corpóreas.

[38] Resta-me somente examinar de que forma adquiri essa ideia. Pois não a recebi pelos sentidos, e jamais ela se ofereceu a mim contra minha expectativa, assim como fazem as ideias das coisas sensíveis, quando essas coisas se apresentam ou parecem apresentar-se aos órgãos exteriores de meus sentidos. Ela também não é uma pura produção ou ficção de meu espírito; pois não está em meu poder diminuir-lhe ou acrescentar-lhe alguma coisa. E, por conseguinte, nada mais resta dizer senão que, como a ideia de mim mesmo, ela nasceu e foi produzida comigo no momento em que fui criado (DESCARTES, 2005, p. 80-81).

Cria e/ou reacende outras ideias impactantes ao espírito. Ao defender tal ideia racional, Descartes, se depara, no entanto com alguns opositores, que argumentam que seria possível formar contundentemente a ideia de Deus a partir da relação de coisas corporais:

Ora, que tal ideia procede dessas noções antecipadas, patenteia-se, parece, assaz claramente do fato de os canadenses, os hurões e os outros homens selvagens não possuírem neles tal ideia, a qual podeis até formar do conhecimento que tendes das coisas corporais; de sorte que vossa ideia nada mais representa senão esse mundo corporal, que abrange todas perfeições que poderíeis imaginar; de sorte que não podeis concluir outra coisa, exceto que há um ente corpóreo muito perfeito; a não ser que junteis algo mais, que eleve vosso espírito ao conhecimento das coisas espirituais ou incorpóreas (DESCARTES, 2010 p. 209-10).

Essa posição dos opositores revela que a ideia de Deus é mais nítida e reveladora quando associada às coisas corpóreas. Enfatizando isto os opositores argumentam ainda, que

é possível afirmar que a ideia de um anjo pode existir em vós tanto quanto a de um ser mais perfeito, sem que haja necessidade, para tanto, de que seja formada em vós por um anjo realmente existente, embora o anjo seja mais perfeito do que vós (DESCARTES, 2010, p. 210).

Rebatendo as posições dos seus opositores no que tange esse assunto, Descartes afirma que a ideia de um Deus corpóreo é falsa, pois implica em contradição:

Assim, quando vós falais aqui de *um ser corporal mui perfeito*, se tomais a denominação *mui perfeito* de modo absoluto, de maneira que entendais que o corpo é um ser onde se encontram todas as perfeições, dizeis coisas que se contrariam, posto que a natureza do

corpo encerra muitas imperfeições, por exemplo, a que o corpo seja divisível em partes, que cada uma de suas partes não seja a outra, e outras semelhantes; pois é algo evidentes por si, que constitui maior perfeição não poder ser dividido, do que poder sê-lo. Pois se entendeis apenas o que é *mui perfeito* no gênero do corpo, isto não é de modo algum o verdadeiro Deus (DESCARTES, 2010, p. 222).

Proferindo o que tinha dito sobre o corpo, Descartes diz ser muito claro o que representa maior perfeição, não pode ser dividido do que poder sê-lo. No que refere-se à objeção de que trata da ideia de um anjo, o qual é mais perfeito do que nós, que não é necessário que tenha sido colocada em meu espírito por um anjo, Descartes explica que isso pode ocorrer devido às composições de ideias de Deus e do homem (DESCARTES, 2010, p. 157). Ainda na Terceira Meditação, Descartes condena qualquer hipótese da ideia de Deus ser uma quimera, no que tange ser um fruto da sua própria genialidade do seu espírito, sendo nesse momento uma coisa apenas pensante e imperfeita ao pensar esse ente supremo com suas virtudes finitas.

3.10 A ideia de Deus *versus* a marca do Criador em sua obra

Nas palavras de Descartes, é louvável reconhecer que Deus ao criar, minha pessoa estampou em mim, sua marca e sua ideia, presente na sua obra. Nessa perspectiva racional apresentada aqui, não revela conseqüentemente nenhuma aporia em negar que esse sinal que carrego seja algo distinto da própria obra. Sendo assim sucessivamente é favorável dizer que Deus ao me criar, como algo que faz parte de sua obra, ele tenha impresso em mim sua imagem e semelhança, e que assim, por intermédio dele, eu perceba todas essas características divinas a Seu respeito, pois ao me conceder o ato de pensar, o qual me torna, consciente e ao mesmo tempo, me faz perceber por essa faculdade do exercício de pensar, consigo ter em mim intrinsecamente a própria ideia Dele, e a de quem sou quanto ser existente. Ao perceber-se como substância imperfeita e limitada, dependente de outrem, que deseja algo superior àquilo que é, remeto ao pensar, que aquele de que dependo tem em si todas as coisas excelentes que desejo e cujas as noções estão presentes em mim mesmo. Ideias estas que estão presentes em mim não potencialmente, mas que Ele as usufrui atualmente em mais alto grau, e que, desse modo, reconheço que se trata de Deus.

E toda força do argumento consiste em que reconheço ser impossível a existência de uma natureza tal qual sou, isto é, possuidora da ideia

de Deus em mim, a menos que Deus Ele mesmo também exista. Deus, digo, Aquele mesmo cuja ideia está em mim, isto é, o detentor de todas aquelas perfeições que não posso compreender, mas que, de algum modo, posso atingir pelo pensamento (DESCARTES, 2004, p. 105).

Consequentemente, esse raciocínio trata-se do Deus que imprimiu sua ideia em mim, e que guarda *a priori* em si todas essas elevadas perfeições que o meu espírito pode conceber, sem, entretanto, compreender a todas sobre esse ente soberano. Aquele do qual não é um ser passível de necessidade e que nada tem de todas as coisas, que implica alguma imperfeição.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados nesse discurso racionalista moderno, busco mencionar em cada etapa desse trabalho, os procedimentos teóricos que sustentam os argumentos aqui narrados sobre a ideia de Deus e as duas provas *a posteriori* sobre sua existência. Esse discurso a respeito da ideia de Deus e as duas provas *a posteriori* sobre sua existência é apresentado por Descartes como uma das suas perspectivas de demonstrar que antes de tomarmos algo como verdadeiro devemos analisá-la, com o máximo de cuidado possível, para que de fato posteriormente ela seja validado ou não, como uma possível verdade irrefutável.

Nessas circunstâncias *a priori*, se faz necessário um método analítico, que analise e verifique as evidências, e as ordens das coisas, para que possivelmente com confiança venhamos conceituar e tomar algo como verdadeiro. Entretanto, em virtude do que foi mencionado por René Descartes em parte de sua obra, *Meditações Metafísicas*, especificamente na terceira meditação, é possível verificar os primeiros passos teóricos que vão desde a dúvida metódica, ou seja, da concepção da existência do eu primeiramente, (penso, logo existo), até as coisas mais complexas, apresentadas pelas suas três ideias como: inatas, adventícias e fictícias.

Na Terceira Meditação, Descartes afirma que, embora nenhum engano seja possível em relação à apreensão clara e distinta de sua existência, ele se preocupa com outras idéias claras e distintas, particularmente as da matemática. O conhecimento de Descartes sobre Deus foi obtido nas duas provas da existência de Deus na Terceira Meditação. Ele descobre o que considera a marca de Deus impressa na ideia de si: por que deveria confiar no que encontra? Porque ele provou que a realidade objetiva da ideia de Deus só poderia ter vindo de Deus (que possui formalmente o que a ideia de Deus possui objetivamente). A ideia de Deus pretende fornecer conhecimento da causa da existência de Descartes; ao apreender a ideia de Deus, Descartes aceita que foi criado por um Ser sumamente perfeito.

O conceito de ideia é fundamental para se provar a existência de Deus. A prova da existência é fundamental para garantir a validade do *eu sou, eu existo enquanto eu penso*. Esse ponto arquimediano vai permitir um conhecimento seguro, uma *base segura para o desenvolvimento das ciências*.

REFERÊNCIAS

- BEYSSADE, Jean-Marie. A ideia de Deus e as provas de sua existência. In: COTTINGHAM, John (Org.). *Descartes*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009, p. 213-241.
- BEYSSADE, Michelle. A dupla imperfeição da ideia segundo Descartes. *Analytica Revista de Filosofia*. Trad. Marcos André Gleizer. Revisão de Tradução Simone Brantes. Université de Paris I, Sorbonne, v.2, n.2, p. 37-49. 1997.
- BUZON, Frédéric de; Kambouchner, Denis. *Vocabulário de Descartes*. Trad. Cláudia Berliner. Revisão técnica Homero Santiago. 1. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- COTTINGHAM, John. *Dicionário Descartes*. Trad. Helena Martins. Revisão técnica Ethel Alvarenga. Consultoria Raul Landim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira*. Trad. Fausto Castilho. – Ed. bilíngue em latim e português – Campinas: Unicamp, 2004.
- DESCARTES, R. *Princípios de filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- DESCARTES, René. *Obras escolhidas*. J. Guinsburg, Roberto Romano e Newton Cunha. (Orgs.). Trad. J. Guinsburg, Bento Prado Jr., Newton Cunha e Gita K. Guinsburg. Prefácio e notas Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FORLIN, Eneias. *A teoria cartesiana da verdade*. São Paulo: Associação Editorial Humanistas; Ijuí: Editora Unijuí/FAPESP, 2005.
- GAUKROGER, Stephen. *Descartes – Uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.
- KOYRÉ, Alexandre. *Considerações sobre Descartes*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- ROCHA, Ethel Menezes. O conceito de realidade objetiva na Terceira Meditação de Descartes. *Analytica Revista de Filosofia*. UFRJ, v.2, n.2, p. 203-218. 1997.
- SORREL, Tom. *Descartes*. São Paulo: Loyola, 2004.
- SCRIBANO, E. *Guia para leitura da Meditações Metafísicas de Descartes*. São Paulo: Loyola, 2007.
- WILSON, Margaret D. Naturezas verdadeiras e imutáveis. *Analytica Revista de Filosofia*. Trad. Ethel Menezes Rocha. Revisão de Tradução Simone Brantes. Princeton University, v.2, n.2, p. 235-256. 1997.